



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

MERITÍSSIMO JUÍZO DA __ VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTARÉM/PA

Referência: Notícia de Fato - NF 1.23.002.000034/2020-86

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio da Procuradora da República signatária, com fundamento no art. 225, §3º, da Constituição da República e arts. 1º, I e IV, e 5º da Lei nº 7.347/85 (Ação Civil Pública), vem promover a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

em face de

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com representação jurídica da Advocacia-Geral da União.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA, autarquia pública federal vinculada ao Ministério da Educação, representada pela Procuradoria Federal Especializada junto à UFOPA, com sede à Rua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós), Bairro Salé, CEP 68040-255, Santarém/PA

pelos fatos a seguir expostos.

1. Objeto

Esta ação é proveniente da Notícia de Fato - NF nº 1.23.002.000034/2020-86, vinculada ao 2º Ofício da Procuradoria da República em Santarém/PA, instaurada a partir de representação em face da UFOPA *campus* Juruti por não cumprir o dispositivo legal que determina que os tradutores de libras em nível de graduação e pós-graduação devem possuir já o nível superior.

2. Síntese fática

Segundo representação realizada junto ao Ministério Público Federal, a UFOPA no *campus* Juruti não disponibiliza profissional com habilitação em libras para garantir a inclusão de aluna com deficiência auditiva.

Após instrução devida do procedimento, o *Parquet* ajuizou, em 2019, Ação Civil Pública 1004428-10.2019.4.01.3902 para garantir o direito previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência de que os alunos de nível superior tenham intérprete de libras, devendo estes possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras (*vide* art. 28, §2º, II, do referido Estatuto).

Ocorre que, o referido processo fora extinto por falta de interesse de agir pelo fato de o direito à tradutor de libras ainda não estar, naquela data, em vigência.

Trata-se de ação proposta pelo MPF na qual pleiteia que seja disponibilizado profissional intérprete e tradutor de libras para assistir aluna do Campus de Juruti (PA). No momento, não está evidenciado do interesse de agir. A demanda foi proposta antes do início de vigência da lei que determinou às instituições de ensino que disponibilizassem profissional de nível superior para exercer tal atividade, sendo este o motivo do indeferimento da liminar pleiteada. Nesta audiência, a Ufopa apresentou elementos indicando que já houve a disponibilização de profissional para assistir a aluno no Campus de Juruti, ou seja, demonstrou que adotou providências para solucionar a questão antes mesmo do início da vigência da legislação referida. Conforme informado, a garantia de disponibilização do profissional é assegurada até julho do próximo ano, pois se trata de profissional temporário. Não obstante, há a informação de que a Ufopa já está diligenciando a contratação de profissional para período subsequente. Eventual interesse de agir estará caracterizado caso, em momento futuro, a assistência devida deixe de ser prestada, fato este que é futuro e incerto. Pelo exposto, declaro o processo extinto sem resolução do mérito, na forma do Art. 485, VI do CPC. Sem custas e honorários. Intimem-se via sistema

(Sentença proferida em 17/12/2019 no bojo da Ação 1004428-10.2019.4.01.3902).

Neste sentido, o Ministério Público Federal recebeu nova representação, em 20/01/2020, informando que o intérprete que atuava no *campus* de Juruti fora aprovado em concurso público em outro Estado e pediu exoneração, deixando aquela localidade sem profissional para adimplir com o direito de aluno com deficiência que ali cursa o ensino superior.

Com base nessas nova informação, o MPF inaugurou novo procedimento para analisar a situação, tendo sido instruído com ofícios à UFOPA e ao Ministério da Educação.

Em apertada síntese, a UFOPA explicou que o servidor Luciano Bruno dos Santos realmente fora aprovado em concurso público no IFMT e já ingressou com pedido de exoneração da UFOPA para tomar posse no referido instituto. Sobre quais providências

está adotando, informou que iniciou processo para contratação temporária de dois técnicos especializados em Libras para suprir a demanda. No entanto, explicou que, por **determinação do Governo Federal (Portaria nº 1.469/2019 e Ofício-Circular 1/2020/CGRH/DIFES/SESU/SESU-MEC) "está impossibilitada de publicar o edital e efetivar admissão de servidores"**. Por fim, solicitou apoio do MPF junto ao MEC para resolver a situação.

Neste sentido, expediu-se ofício à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES/MEC para que informasse sobre a possibilidade de autorizar a UFOPA (referências: Ofícios 332/2019/GR/UFOPA e 411/2019/GR/UFOPA) a lançar edital para contratação de temporários especializados em Libras para cumprir as exigências legais do Estatuto da Pessoa com Deficiência; em caso negativo, que detalhasse os motivos pelos quais não se autorizaria e qual(is) medida(s) estariam sendo tomada(s) para garantir o direito das pessoas com deficiência nos campus nos quais não existem intérpretes.

Em resposta, o MEC enviou as informações prestadas internamente via Ofício nº 100/2020/CGRH/DIFES/SESU/SESU-MEC, de 20 de março de 2020, cujo teor, em apertada síntese, destaca que a contratação temporária exige autorização do Ministério da Economia, mas que a contratação de serviços de execução indireta não precisaria. No entanto, destacou que "as despesas para a contratação de serviços de execução indireta são realizadas usando recursos destinados ao custeio geral das instituições, em que também se inclui o pagamento de contas como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens, alimentação, auxílios aos estudantes em situação de vulnerabilidade etc".

Instou-se a UFOPA a se manifestar sobre as informações prestadas pelo MEC, tendo dito que "a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (TAE) no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação - **não prevê cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, ou similar, em nível superior.**" (grifo nosso)

O que há é o cargo Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, pertencente à classe "D", contendo como requisito de escolaridade a formação em nível "médio completo + proficiência em LIBRAS" (anexo II da Lei nº 11.091/2005), de forma que, por ora, não há previsão legal para provimento de cargos efetivos de tradutores e intérpretes de Libras em cujo concurso se exija nível superior.

[...]

Por outro lado, retomando o acima explanado referente ao impasse resultante das previsões legais da Lei nº 11.091/2005 e da Lei nº 13.146/2015, pode-se considerar que, atualmente, todas as instituições federais de ensino encontram-se no empenho de buscar formas alternativas para o devido atendimento formal da referida previsão do Estatuto das

Pessoas com Deficiência, razão pela qual o já mencionado Ofício nº 100/2020/CGRH/DIFES/SESU/SESU-MEC pontuou as duas maneiras acima transcritas de contratação de profissional para atendimento a estudantes com deficiência matriculados em instituições federais de ensino, previstas na legislação (contratação temporária de caráter excepcional, por meio da Lei nº 8.745/1993 e/ou contratação de serviços de execução indireta - terceirização, com base na Portaria MPDG nº 443/2018) [...]

Em suma, tem-se que, apesar de aparente vontade da UFOPA de regularizar a situação, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, existem limites orçamentários impostos pela própria União (MEC) e o fato de a própria Lei nº 11.091/2005, dado sua data de promulgação, não prever o cargo Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais como de nível superior e, sim, como de nível médio.

É a síntese.

3. Preliminares e prejudiciais de mérito

3.1. Competência da Justiça Federal

Consoante se extrai do art. 109, inciso I, da Constituição Federal de 1988, competirá à Justiça Federal a apreciação e o julgamento das causas em que se observar interesse da União envolvido.

Com efeito, no caso em apreço, há interesse direto da União, por se tratar de Universidade Federal construída com recursos públicos federais, bem como por figurar no polo passivo a própria União, restando assim, demonstrado o interesse desta na hipótese e a competência da Justiça Federal para julgamento e processamento do caso.

3.2. Legitimidade passiva dos requeridos

A legitimidade passiva dos requeridos resta clara na responsabilidade tanto da Universidade quanto da União na garantia do direito da pessoa com deficiência.

Conforme o parágrafo único do artigo 1 da Lei 12.085/2009 que criou a UFOPA, a universidade é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, órgão da União.

Ademais, é sabido que a disponibilidade orçamentária da autarquia é totalmente vinculada ao MEC. Sem a disponibilização de código de vaga para contratação de profissionais com ensino superior para atuar como intérprete de língua de sinais não há como perfectibilizar o direito dos que necessitam de intérprete.

Neste sentido, há de se destacar que quando o órgão da União fora instado pelo MPF sobre a ausência de cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência aqui em análise nesta ação, seu órgão que cuida de educação (MEC) informou que não há como criar código de vaga por restrição orçamentária.

Desta forma, considerando que para a efetivação do direito à intérprete é necessário a atuação principalmente da União, com a criação e disponibilização dos códigos de vaga, mas também da UFOPA, de efetivar o direito após a criação das vagas pela União, resta evidenciada a legitimidade passiva de todos.

4. Dos fundamentos jurídicos

4.1. Do direito ao fornecimento de profissional de libras no auxílio dos alunos

A educação é direito de todos os cidadãos, constitucionalmente assegurado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-o para o efetivo exercício da cidadania e sua qualificação profissional, nos termos do art. 205 da Constituição Federal de 1988. Ao mesmo passo, a Constituição fixou ser dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade garantir o acesso à educação.

Dado reconhecimento, pelo legislador constitucional, da vulnerabilidade das pessoas com deficiência, frente às persistentes barreiras na sociedade brasileira, que o constituinte definiu a promoção de sua integração à vida comunitária com um dos objetivos da Assistência Social (art. 203, IV).

Nesse sentido, a igualdade adotada pela Constituição é a igualdade material, que pressupõe medidas positivas para sua efetivação, inclusive nas relações entre particulares, por decorrência da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

No plano infraconstitucional, o Brasil internalizou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência através do Decreto n. 6.949/2009 e reconheceu a importância do direito das pessoas com deficiência à educação, ao passo em que assumiu internacionalmente o compromisso de “efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” (art. 24).

Ademais, em complementação às normas de proteção às pessoas com deficiência, recentemente foi sancionada a Lei n. 13.146/2015 ou Estatuto das Pessoas com Deficiência. O estatuto condensa importantes conquistas às pessoas com deficiência, como aquelas já previstas na Lei n. 10.436/02 e no Decreto n. 5.626/05 e outras decorrentes da internalização da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Nos termos do art. 30 do Estatuto das Pessoas com Deficiência, é dever de todos, inclusive das escolas, assegurar a permanência das pessoas com deficiência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica.

Em seu art. 28, §2º, II, a lei determina que é obrigatório que o tradutor possua já a formação superior e habilitação prioritária em tradução e interpretação em libras.

II – os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, **devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.** (grifo nosso)

O mesmo estatuto protetivo impõe às instituições de ensino, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplicação obrigatória do disposto, dentre outros, do art. 28, nos incisos XII, XIII do caput daquela Lei, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações, que, por consequência, implica obrigação das IES em ofertar ensino de LIBRAS e acesso, em igualdade de oportunidade, à educação superior.

Por seu turno, o Ministério da Educação (MEC), em pleno exercício de seu Poder Regulamentar, editou a Portaria n. 3.284/03, que fixou os requisitos mínimos de acessibilidade, estabelecidos pela Secretaria de Educação Superior, dentre os quais se incluiu a obrigação de oferta de intérprete de LIBRAS, nos seguintes termos:

Art. 2º A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

§ 1º Os requisitos de acessibilidade de que se trata no caput compreenderão no mínimo:

[...]

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) **de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;**
- b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva. (destacou-se).

A imposição constitucional e legal de garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência possui evidente natureza de direito fundamental e possui aplicabilidade imediata, por força do art. 5º, § 1º, da Constituição da República. A obrigatoriedade de implementação de medidas efetivas que garantam igualdade material no acesso ao

ensino são igualmente aplicadas nas relações entre particulares, em decorrência da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Em caso semelhante, o Egrégio TRF-1 impôs à instituição privada a obrigatoriedade de oferta de tradutor de LIBRAS sempre que necessário e se assim o requerer o aluno, nos termos do definido pela norma primária e pela Portaria n. 3.284/2003 do MEC:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENSINO SUPERIOR. PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA. ACESSO À EDUCAÇÃO. ART. 208, III, DA CF. INTÉRPRETE NA LÍNGUA DE SINAIS - LIBRAS. VIABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Constituição Federal garante às pessoas com deficiência o acesso à educação, mediante o atendimento educacional especializado, consoante expresso em seu art. 208, inciso III. **2 . A pessoa com deficiência auditiva tem direito a intérprete da língua de sinais - Libras**, sempre que necessário e se assim o requerer, segundo a inteligência do Decreto 5.626/2005 , art . 23 , § 2º; e Portaria MEC nº 3.284/03 , art . 2º , § 1º . 3. A instituição tem o encargo de propiciar o acesso da pessoa com surdez aos meios necessários à obtenção do conhecimento, com respaldo na dignidade da pessoa humana e no princípio da igualdade material. 4. O controle judicial se afeiçoa cabível a fim de assegurar o mínimo existencial ao aluno, sem que a intervenção importe em desrespeito à autonomia da instituição de ensino superior. 5. Apelação a que se nega provimento. Sentença de procedência parcial mantida. (AC 0007743-70.2013.4.01.4000, DESEMBARGADORA FEDERAL DANIELE MARANHÃO COSTA, TRF1 - QUINTA TURMA, e-DJF1 04/06/2018 PAG.) (destacou-se)

Por outro lado, a evasiva alegação de que a contratação de profissional de LIBRAS para atendimento aos alunos surdos caracteriza custo elevado não justifica o cerceamento do direito das pessoas com deficiência nos ambientes de educação universitária e, por conseguinte, no mercado de trabalho profissional. Ora, eventuais investimentos em contratação de profissionais intérpretes devem estar inclusos nos custos de funcionamento da IES, não lhe acarretando ônus desproporcional ou indevido.

Para mais de ser norma cogente, de respeito obrigatório pelos prestadores do serviço público federal de educação superior, que o exercem na qualidade de delegatários, os investimentos com a contratação de intérprete em LIBRAS incluem-se nos pressupostos básicos do sistema de ensino, que deve ser plural. Nesse mesmo sentido já decidiu a jurisprudência pátria.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFICIENTES AUDITIVOS. DIREITO À EDUCAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE INTÉRPRETE DE LIBRAS. DEVER DE ADAPTAÇÃO DIRECIONADO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **A contratação de intérpretes de LIBRAS é dever de adaptação previsto em Lei, direcionado às Instituições de Ensino Superior, que não acarreta ônus desproporcional ou indevido, sendo nitidamente necessário para assegurar o exercício do direito à educação pelos deficientes auditivos, em igualdade de oportunidades**

com as demais pessoas. TRF – 4 APELAÇÃO CÍVEL Nº 0017955-62.2005.404.7100 Data da publicação: 11/02/2011. (destacou-se).

CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALUNO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA. CONTRATAÇÃO DE INTÉRPRETE. LINGUAGEM DE SINAIS. AQUISIÇÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL COMPATÍVEL COM A NECESSIDADE ESPECIAL. GARANTIA EXPRESSAMENTE PREVISTA NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. Carência de ação afastada, porquanto a recorrente não demonstra que os pedidos aqui formulados restaram atendidos anteriormente ao aforamento da ação, sendo certo que a mera adoção de providências de cunho administrativo não tem o condão de esvaziar a pretensão autoral. 2. A garantia aos portadores de deficiência física e sensorial de condições básicas ao ensino superior encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio, a partir das balizas firmadas no texto constitucional, notadamente no seu art. 208. **3. Hipótese em que desmerece qualquer censura a sentença que determina a contratação de intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS para os alunos que possuam algum tipo de deficiência auditiva e o fornecimento de material audiovisual compatível com tal necessidade especial.** 4. A teoria da "reserva do possível" somente tem amparo quando demonstrado o sério comprometimento orçamentário oriundo da medida impugnada, circunstância não evidenciada nos autos. 5. Apelação desprovida. TRF – 5 Apelação Cível 17496720124058500 Data da publicação: 27/08/2013 (destacou-se).

Além disso, dada a importância conferida pelo legislador à garantia de acesso em igualdade de condições e sem obstáculos discriminatórios às pessoas com deficiência, utilizou-se da *ultima ratio* para criminalizar a ação dos estabelecimentos de ensino direcionada a recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência (art. 8º, da Lei n. 7853/1989).

Por tudo isso, é certo que a disponibilização de intérprete de LIBRAS em sala de aula que apresente aluno surdo, sempre que necessário, inclusive com atendimento individualizado, de acordo com as informações prestadas pelo estudante, vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, é medida que se impõe para o cumprimento da legislação cabível e dos princípios de direito aplicáveis.

4.2. Da proteção aos direitos das pessoas com deficiência no plano internacional e a possível responsabilização do Estado brasileiro

O Brasil é signatário da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo sido recepcionado pelo direito brasileiro sob o rito especial do art. 5, § 3º, da Constituição Federal, o que, segundo o próprio texto constitucional e entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal - STF, importa dizer que a norma possui *status* de emenda constitucional.

Dentre os princípios que norteiam a referida Convenção, tem-se no artigo 3 a não-discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade.

Artigo 3

Princípios gerais

Os princípios da presente Convenção são:

a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.

b) A não-discriminação;

c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;

d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;

e) A igualdade de oportunidades;

f) A acessibilidade;

[...] (grifo nosso)

Ademais, a referida Convenção elenca como direito a ser garantido pelos Estados o acesso à educação, em todos os níveis, inclusive superior (*vide* art. 24.5), devendo ser ofertado sem discriminação e em igualdade de condições, incluindo a contratação de professores habilitados para lecionar em língua de sinais e/ou contratar profissionais que possam atuar como intérpretes.

Artigo 24

Educação

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

[...]

e) **Medidas de apoio individualizadas e efetivas** sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

3. Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

[...]

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja **ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.**

4. A fim de contribuir para o exercício desse direito, **os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino.** Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.

5. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao **ensino superior em geral**, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, **sem discriminação e em igualdade de condições.** Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

(grifo nosso)

É neste contexto que houve a alteração legislativa brasileira, inserindo o art. 28, §2º, II, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, com fito de se garantir a igualdade material daqueles que busquem obter formação em nível superior.

Apenas para ilustrar, traz-se um exemplo que é o próprio caso que deu origem ao procedimento extrajudicial do MPF, um aluno da UFOPA que tem deficiência auditiva, necessitando intérprete de libras para que seja possível acompanhar as aulas e obter a mesma formação, em igualdade de oportunidades, com os colegas que cursam ali também.

Conforme a instrução do procedimento, obteve-se a informação de que a universidade, como forma de solucionar paliativamente a questão, contratou monitores com habilitação em libras para atuarem como intérprete nos *campi* da universidade.

Aqui há um simples conflito entre a legislação editada em 2005 e o direito garantido apenas anos após, em plena vigência atualmente, de que os alunos que necessitem de intérprete em libras tenham esse recurso, pois sem ele não haveria como garantir igualdade material ao acesso à educação superior.

Neste ponto, é clara a necessidade de se impor à União que possibilite a efetivação material do direito elencado pelo legislador, sob pena de se legitimar uma proteção -claramente ineficiente- e perpetuar a situação de violação dos direitos das pessoas com deficiência no sistema de educação pública de ensino superior.

No entanto, em que pese o juízo federal ter entendido à época que a medida outrora adotada era suficiente (decisão proferida nos autos do processo nº 1004428-10.2019.4.01.3902 - 2ª Vara da Subseção Judiciária de Santarém) - uma vez que a lei que acrescentou o inciso II no artigo 28, garantindo que o intérprete que fosse atuar no ensino superior tivesse formação específica, tendo, no mínimo o nível superior também, ainda não estava em vigência (conforme lei 13.146) -, verifica-se continuidade na lesão ao direito

mesmo após o decurso do prazo do art. 125, I, do citado diploma legal.

Isto porque simplesmente compreender como adequada medida que não é a definida em lei, desconsiderando os motivos pelos quais o legislador optou por positivar tal direito e o contexto social brasileiro, no qual 6,2% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência, seja ela auditiva, física, intelectual ou visual (Pesquisa Nacional de Saúde - IBGE, 2013) e que apenas 0,5% dos alunos do ensino superior são deficientes (Censo da Educação Superior de 2018), é afastar a prestação jurisdicional do destinatário da lei.

Assim, o caso ora exemplificado é o retrato da luta das pessoas com deficiência para que tenham seus direitos garantidos pelo Estado, sem os quais o acesso à educação fica impedido àqueles que cujas barreiras impostas -por sorte- não lhes deixam do lado de fora dos muros da universidade.

Importa lembrar que a abordagem adotada pela Convenção e, por consequência, pelo ordenamento jurídico pátrio, é o modelo de direitos humanos ou modelo social, cujo teor enxerga a pessoa com deficiência como ser humano, "utilizando o dado médico apenas para definir suas necessidades. A principal característica desse modelo é sua abordagem de 'gozo dos direitos sem discriminação'. Este princípio antidiscriminação acarreta a reflexão sobre a **necessidade de políticas públicas para que seja assegurada a igualdade material** [...]"^[1] (RAMOS, 2020, p. 279).

Conforme excerto da obra de André Carvalho Ramos acima colacionado, tem-se que no Brasil existem os direitos positivados que garantem a prestação positiva do Estado para garantir a igualdade material, faltando ação efetiva do Poder Executivo na perfectibilização de tais direitos, sob pena de propagação de cenário de violação de direitos, no qual parcela ínfima da população com deficiência chega ao ensino superior e quando lá está ainda se depara com mais barreiras.

Por fim, importa registrar que a demora injustificada do Poder Público na garantia desses direitos pode levar à responsabilização do Estado Brasileiro no âmbito internacional, como no Caso Damião Ximenes Lopes *v s* Brasil^[2] julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), no qual se fixou a responsabilização pela violação de inúmeros postulados de direitos humanos pelas condições desumanas e degradantes da sua hospitalização dado ser pessoa com deficiência.

5. Pedidos

Ante o exposto, requer o Ministério Público Federal:

- a) citação das rés para, querendo, contestem os pedidos;
- b) que seja julgada procedente a pretensão ora deduzida para:

b.1) **condenar a União a** disponibilizar código de vagas de intérprete em libras, com requisito de nível superior, nos termos do art. 28, II c/c § 2º, II, do Estatuto da

Pessoa com Deficiência, em quantidade suficiente para atender a demanda de alunos com deficiência auditiva da UFOPA em seus *campi*;

b.2) **condenar a UFOPA** a promover todas as medidas necessárias, ao passo que obtiver da União códigos de vaga para intérprete em libras de nível superior, com os requisitos previstos na Lei 13.146;

Dá-se à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para fins fiscais, uma vez que não é auferível, neste momento o *quantum* exato da pretensão.

Santarém, 11 de maio de 2020.

PATRÍCIA DAROS XAVIER
Procuradora da República

dla

Notas

1. [△]RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 7 ed. Editora Saraiva: São Paulo, 2020.
2. [△]CIDH. Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Damião Ximenes Lopes vs Brasil. 2006.